

mercado

Legalize já, porque uma erva natural pode te prejudicar

Externalidades negativas da proibição não são compreendidas pelo grande público

Michael França

Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insuper

A cânabis não é tão inofensiva quanto muitos pensam. Também conhecida popularmente em seu uso recreativo como maconha ou, se preferir, verdinha ou ganja, já faz algum tempo que estudos vêm demonstrando alguns de seus impactos negativos para a saúde.

Com parte do apelo voltado para a promoção da saúde pública, após séculos de uso pela humanidade, diversos países foram criminalizando seu uso ao longo do tempo. No Brasil, o "pito do pango", outro nome usado para se referir à maconha na época, foi criminaliza-

do por volta de 1830. Sempre houve reação contrária a tal medida. Um exemplo é a banda Planet Hemp, que, a partir de 1997, viralizou com músicas favoráveis à legalização da verdinha. Porém, a banda foi presa, sob a alegação de que estava fazendo apologia das drogas.

Coube ao STF reverter a decisão, alegando a importância da liberdade de expressão. Algo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, mas sobre a qual diversos compatriotas das mais variadas ideologias demonstram

dificuldade em reconhecer sua relevância. Curiosamente, esse episódio foi um catalisador para a ascensão da banda, catapultando sua popularidade. Por ironia do destino, o juiz responsável pela condenação foi acusado de ter recebido propina de traficantes.

A história do Planet Hemp serve como um ponto de partida para ilustrar ao público leigo que o debate sobre drogas extrapola a preocupação com a saúde pública e as narrativas mitológicas que a cercam. Na verdade, o que inicialmente parece ser uma política

bem-intencionada visando salvar vidas acabou se transformando em uma máquina de destruição de pessoas.

Ao contrário do álcool e do cigarro, o "chá", outro termo popularmente para a erva, não leva à morte do usuário, sendo considerada uma das drogas mais seguras; ao contrário do que muitos pensam, estudos mostram que ela não representa a porta de entrada para outras substâncias mais perigosas. Entretanto, no mercado legal não há um controle rigoroso de qualidade e segurança, o que pode resultar em

uma ganja contaminada com substâncias nocivas.

Alguns traficantes adulteram a verdinha para aumentar seu peso e potência, o que pode incluir a introdução de produtos químicos perigosos. Em certos casos, a erva está contaminada com fungos, bactérias ou pesticidas, representando, assim, consideráveis riscos para a saúde quando consumida.

As externalidades negativas oriundas da criminalização do pito do pango têm um componente de classe social relevante. As elites costumam consumir, sem a menor dificuldade, produtos de alta qualidade, e, aos mais desfavorecidos, muitas vezes resta a verdinha prensada, também conhecida como "tijolão", que é uma forma de compactar as folhas e as flores da planta, entre outras coisas que vão no meio, para facilitar o transporte e o contrabando.

Os mais favorecidos também tendem a sair ilesos do encarceramento em massa, enquanto os mais pobres sejam presos por posse de pequenas quantidades da ver-

inha. O Brasil possui a sétima maior população do mundo, mas apresenta a terceira maior população carcerária. Estima-se que cerca de 30% dos detidos estejam presos devido às drogas.

Há várias outras externalidades decorrentes da proibição que não são bem compreendidas pela população, tais como aumento da violência, corrupção e mortes de civis e policiais, assuntos que abordarei em futuras colunas. No entanto, o ponto crucial é que, ao analisar os benefícios e os custos dessa intervenção, o cenário não é animador.

Não é por acaso que vários países estão revisando suas políticas de drogas, reduzindo o controle do Estado sobre as liberdades individuais e permitindo que cidadãos de bem desfrutem, com mais tranquilidade, de seus chás.

O texto é uma homenagem à música "Legalize Já", composta por D2 e Rafael, interpretada por Planet Hemp.

|DOM. Samuel Pessôa |SEG. Marcos de Vasconcelos, Ronaldo Lemos |TER. Michael França, Cecilia Machado |QUA. Bernardo Guimarães |QUI. Cida Bento, Solange Srour |SEX. André Roncaglia |SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Na mira de políticos e indústria, Anvisa movimentada 20% do PIB

Agência que lida com remédios e alimentos foi alvo de Bolsonaro na pandemia

AGÊNCIAS REGULATÓRIAS

Mateus Vargas

BRASÍLIA Protagonista durante a pandemia de Covid-19, quando se tornou alvo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por aprovar o registro de vacinas, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) regula mais de 20% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil.

O órgão saiu dos holofotes no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e tem como uma de suas principais pautas de 2024 a decisão sobre manter ou não veto aos cigarros eletrônicos. A discussão está marcada para esta quarta-feira (17), e a proibição é dada como certa por técnicos.

Hoje formada por quatro nomes indicados por Bolsonaro e uma substituída, a diretoria colegiada da Anvisa terá três vagas abertas até o fim do ano.

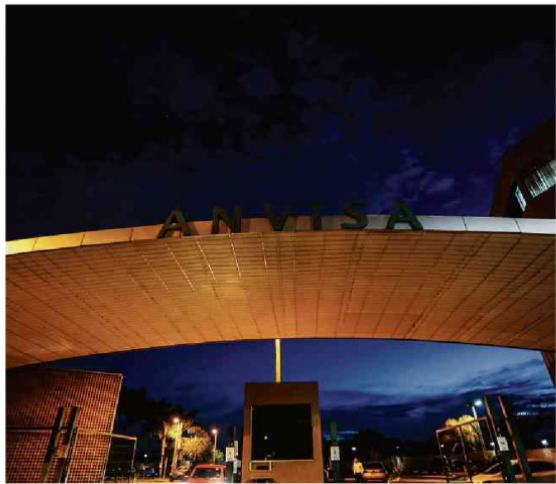
A disputa pelos cargos mobiliza congressistas, governo e indústria justamente porque decisões da agência causam forte impacto em diversos setores privados e em hábitos da população.

O órgão lida com medicamentos, vacinas, dispositivos médicos, agrotóxicos, alimentos e cigarros. Ainda faz a fiscalização sanitária de portos, aeroportos e fronteiras e dá aval para importações.

A Anvisa também controla cosméticos e outros produtos que são encontrados no varejo. Neste ano, o órgão proibiu a venda livre de álcool 70% líquido, por exemplo.

Um estudo elaborado pela Anvisa e pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014 estimou que 22,7% do PIB era composto por atividades que são reguladas pela Anvisa. A agência avalia que o percentual subiu e cita influência em até 30% da soma de todos os bens e serviços produzidos.

"A Anvisa tem uma peculiaridade, pois formula e executa a política pública. Um exemplo é a atuação em portos, aeroportos e fronteiras, em que a agência edita normas e é fiscal, o agente do Estado na interposição de viajantes e acompanhamento de cargas com interesse sanitário", dis-



Sede da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em Brasília. Gabriela Biló/Folhapress

Atuação aborda ação das agências reguladoras federais

Este é o segundo episódio de série da **Folha** que detalha a atuação das agências reguladoras federais. O primeiro tratou da Aneel (energia elétrica). Ao todo, serão 11 reportagens para traçar um raio-X dessas instituições na regulação e supervisão de setores como energia, petróleo, planos de saúde, vigilância sanitária, transportes, mineração, águas, aviação civil e audiovisual.

se o advogado Alex Campos Machado, ex-diretor da Anvisa (2020-2023).

Atual presidente da Comepsa (Companhia Pernambucana de Saneamento), Machado afirma que o corpo técnico da agência é qualificado, mas precisa de reforço. "Não tem hoje a infraestrutura capaz de dar toda a consequência que a lei atribui", afirma.

Para ele, a Anvisa passou a ser reconhecida como exemplo de sucesso entre as agências, principalmente após a pandemia. "O próprio setor regulado não discute a importância da atuação da Anvisa." Cabe ao presidente Lula sugerir os futuros diretores da agência. Em seguida, o Senado sabatina e decide se aprova os indicados.

O atual chefe do órgão é o médico e contra-almirante Antonio Barra Torres. Indicado em 2019 à Anvisa, no momento em que o governo queria emplacar um militar para aumentar o controle sobre o órgão, ele chegou a se alinhar a Bolsonaro na pandemia, mas rompeu com o ex-mandatário e se tornou crítico da gestão

negacionista. O mandato do presidente da Anvisa se encerra em dezembro e abre margem para o governo indicar um nome de confiança ao comando da agência.

Na composição atual, a direção é formada por três servidores do próprio órgão, além de Barra Torres e Daniel Meirelles, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde na gestão de Marcelo Queiroga. "A Anvisa não é apenas importante para a indústria farmacêutica, mas para o Brasil. Precisa de autonomia financeira e adequada estrutura humana e tecnológica para, de forma ágil, atender aos interesses da nossa população, quer em termos de agilidade na concessão de registros, quer na fiscalização dos setores que regula", afirma o presidente do Sindicato de Produtores Farmacêuticos, Nelson Mussolini.

Neste ano, Ministério da Saúde e técnicos da agência concordaram em manter o veto aos cigarros eletrônicos. A decisão final sobre liberar ou não o produto será da diretoria

colegiada da Anvisa.

Mesmo vetados, esses dispositivos são facilmente comprados em lojas e pela internet. O corpo técnico da agência, porém, considera que liberar o produto iria estimular ainda mais o consumo e diz que não há evidência científica de que o cigarro eletrônico é uma opção menos nociva do que o tradicional.

No caso dos medicamentos, a agência atua principalmente na aprovação do registro dos produtos a partir da análise de diversos estudos e no crescimento dos fabricantes.

O órgão ainda monitora os fármacos quando estão no mercado e participa da definição de preços por meio da CMED (Câmara de Regulação e Mercados de Medicamentos).

Para agilizar as análises, a Anvisa também tem aprovações de regras que permitem aproveitar avaliações já feitas por autoridades sanitárias de outros países.

A Anvisa diz enfrentar falta de equipe e verba. Há 1.667 servidores ativos na agência e a direção do órgão pede concurso para mais de mil vagas, mas conseguiu abrir seleção para apenas 50 novos funcionários em 2024.

A agência estima que 600 funcionários já tenham direito à aposentadoria. Em 2007, o quadro do órgão era de cerca de 2.300 servidores.

Os servidores da Anvisa também têm reclamado da falta de pessoal e da relação com a cúpula do órgão. Em junho de 2023, um assessor do presidente da agência foi preso após ser condenado por estupro. O episódio levantou mais relatos de assédio dentro da agência e a criação de comitê para enfrentar este tipo de postura.

O órgão regulador tem orçamento de R\$ 904 milhões em 2024, sendo que mais de R\$ 600 milhões estão reservados para despesas obrigatórias, como a folha salarial. Já a verba discricionária da pasta alcança cerca de R\$ 220 milhões. Esta parcela do orçamento, que é aplicada em contratos e manutenção de serviços da agência, despenhou desde 2014, quando havia R\$ 530 milhões disponíveis. O valor foi corrigido pela inflação.

Mais da metade do recurso atual discricionário é usado para bancar aluguel da sede da Anvisa em Brasília e contratos de serviços e tecnologia. Há apenas R\$ 60 milhões para a ação de "vigilância sanitária de produtos, serviços e ambientes", que custeia a contratação de consultores, despesas de viagens e contratos da área de fiscalização.

Por dentro da Anvisa

O QUE É Autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, com sede em Brasília, que faz o controle sanitário da produção e do consumo de diversos produtos, além de realizar a fiscalização sanitária de portos, aeroportos e fronteiras

ATRIBUIÇÕES Regula indústrias de medicamentos, alimentos, produtos para a saúde, agrotóxicos, cigarros, saneantes, cosméticos, além de serviços de saúde, entre outras atividades. Atua desde o registro de produtos até o monitoramento de mercado. Ainda coordena o sistema nacional de vigilância sanitária

CRIAÇÃO 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso

ORÇAMENTO R\$ 904 milhões (2024)

SERVIDORES 1.667

DIRETORES **1 Antonio Barra Torres**, diretor-presidente (mandato até 21 de dezembro de 2024)

2 Meiruze Sousa Freitas (mandato até 12 de dezembro de 2024)

3 Romison Rodrigues Mota (mandato até 12 de dezembro de 2025)

4 Daniel Meirelles (mandato até 24 de julho de 2027)

5 Danitza Rojas Buvnich (substituta em vaga aberta)

R\$ 600 mi do orçamento de 2024 estão reservados para despesas obrigatórias

R\$ 60 mi é quanto sobra para a ação de "vigilância sanitária de produtos, serviços e ambientes"